

BRASIL, UM PAÍS DE TODOS? AS FACES DA HOSTILIDADE EM NARRATIVAS DE ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS REFUGIADOS

BRASIL, ¿UN PAÍS PARA TODOS? LAS CARAS DE LA HOSTILIDAD EN LAS NARRATIVAS DE ESTUDIANTES UNIVERSITARIOS REFUGIADOS

BRAZIL, A COUNTRY FOR ALL? THE FACES OF HOSTILITY IN THE NARRATIVES OF UNIVERSITY STUDENT REFUGEES



Rosanne Machado ROLLO¹
e-mail: rosanerollo@gmail.com



Camilo DARSIE²
e-mail: camilodarsie@unisc.br



Mateus Aparecido de FARIA³
e-mail: mateusfaria18@gmail.com



Cristianne Maria Famer ROCHA⁴
e-mail: rcristianne@gmail.com

Como referenciar este artigo:

ROLLO, R. M.; DARSIE, C.; FARIA, M. A. de; ROCHA, C. M. F. Brasil, um país de todos? As faces da hostilidade em narrativas de estudantes universitários refugiados. **Plurais - Revista Multidisciplinar**, Salvador, v. 8, n. 00, e023012, 2023. e-ISSN: 2177-5060. DOI: <https://doi.org/10.29378/plurais.v8i00.18777>



| Submetido em: 01/09/2023
| Revisões requeridas em: 15/10/2023
| Aprovado em: 07/11/2023
| Publicado em: 20/12/2023

Editoras: Profa. Dra. Célia Tanajura Machado
Profa. Dra. Kathia Marise Borges Sales
Profa. Dra. Rosângela da Luz Matos

Editor Adjunto Executivo: Prof. Dr. José Anderson Santos Cruz

¹ Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre – RS – Brasil. Mestra em Educação. Pesquisadora do Grupo de Estudos pela Promoção da Saúde da UFRGS.

² Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC), Santa Cruz do Sul – RS – Brasil. Professor do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Santa Cruz do Sul.

³ Instituto René Rachou – Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ), Belo Horizonte – MG – Brasil. Técnico da Escola do Legislativo da Assembleia Legislativa de Minas Gerais. Doutorando em Saúde Coletiva pela FioCruz (MG).

⁴ Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre – RS – Brasil. Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

RESUMO: O presente artigo tem como propósito analisar a formação da vivência das diferenças culturais e as dificuldades de aceitação enfrentadas pelos estudantes refugiados em uma universidade pública federal. O estudo adota uma abordagem qualitativa e exploratória, utilizando entrevistas narrativas individuais com os próprios estudantes refugiados. A partir das narrativas coletadas, observa-se que a hospitalidade condicionada se revela como um obstáculo marcante na jornada dos refugiados, entrelaçada com lembranças que destacam a presença persistente do racismo estrutural e da xenofobia. A presença dos migrantes no território brasileiro, embora em alguns casos seja facilitada por políticas de acesso à universidade, é impactada por sentimentos como culpa, vergonha e medo, que afetam diretamente suas estratégias de adaptação e sobrevivência no país. Tais desafios se estendem às esferas do trabalho, da educação e da saúde. A constante ameaça de extradição permanece latente, tanto nos discursos e atitudes racistas que permeiam o cotidiano brasileiro quanto nas práticas institucionais que segregam os corpos considerados “estranhos”.

PALAVRAS-CHAVE: Refugiados. Narrativas. Intolerância. Hospitalidade. Formação humana.

***RESUMEN:** El presente artículo tiene como propósito analizar la formación de la experiencia de las diferencias culturales y las dificultades de aceptación enfrentadas por los estudiantes refugiados en una universidad pública federal. El estudio adopta un enfoque cualitativo y exploratorio, utilizando entrevistas narrativas individuales con los propios estudiantes refugiados. A partir de las narrativas recopiladas, se observa que la hospitalidad condicionada se revela como un obstáculo significativo en el camino de los refugiados, entrelazada con recuerdos que resaltan la persistente presencia del racismo estructural y la xenofobia. La presencia de los migrantes en el territorio brasileño, aunque en algunos casos sea facilitada por políticas de acceso a la universidad, se ve afectada por sentimientos como culpa, vergüenza y miedo, que impactan directamente en sus estrategias de adaptación y supervivencia en el país. Estos desafíos se extienden a los ámbitos del trabajo, la educación y la salud. La constante amenaza de extradición permanece latente, tanto en los discursos y actitudes racistas que impregnan el día a día brasileño, como en las prácticas institucionales que segregan a los cuerpos considerados “extraños”.*

***PALABRAS CLAVE:** Refugiados. Narrativas. Intolerancia. Hospitalidad. Formación humana.*

ABSTRACT: *The present article aims to analyze the formation of the experience of cultural differences and the acceptance difficulties faced by refugee students in a federal public university. The study adopts a qualitative and exploratory approach, using individual narrative interviews with the refugee students themselves. From the collected narratives, it is observed that conditioned hospitality emerges as a significant obstacle in the refugees' journey, intertwined with memories that highlight the persistent presence of structural racism and xenophobia. The presence of migrants in the Brazilian territory, although in some cases facilitated by university access policies, is affected by feelings such as guilt, shame, and fear, which directly impact their strategies for adaptation and survival in the country. These challenges extend to the realms of work, education, and health. The constant threat of extradition remains latent, both in the racist discourses and attitudes that permeate Brazilian daily life and in institutional practices that segregate bodies considered "foreign".*

KEYWORDS: *Refugees. Narratives. Intolerance. Hospitality. Human formation.*

Introdução

As migrações contemporâneas ganharam, nos últimos anos, maior visibilidade em diferentes contextos nacionais, visto que se intensificaram em diferentes regiões do mundo, por meio de diferentes rotas. Dados do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), revelam que no ano de 2021, 89,3 milhões de pessoas foram forçadas a migrar devido a guerras, conflitos e perseguições, o que representa um crescimento de 8% em relação à 2020 e bem mais que o dobro de 10 anos atrás.

Ademais, 4,6 milhões de migrantes solicitaram a oficialização da condição de refúgio, caracterizada por deslocamentos forçados e impossibilidade de retorno, enquanto 27,1 milhões já estavam reconhecidos como refugiados e deslocados, pessoas que foram obrigadas a migrarem, mas que podem retornar aos locais de origem. Além disso, destaca-se que desde o fechamento do relatório global de 2021, a guerra russa-ucraniana e outras emergências humanitárias elevaram para 100 milhões o número de migrantes, o que significa que 1 em cada 78 pessoas na Terra foi forçada a fugir de seu país de origem (Acnur, 2022).

Quanto ao Brasil, no ano de 2021, foram recebidos 29.107 pedidos de reconhecimento da condição de refúgio. Estes, quando somados aos 268.605 já registrados, desde 2011, totalizaram 297.712 solicitações de permissão para residirem, definitivamente, no país. Referente ao número de refugiados já reconhecidos no país, há mais de 60.000 pessoas oriundas, principalmente, da Venezuela (48.789), Síria (3.682) e Congo (1.078) (Junger *et al.*, 2022).

Diante destes números, torna-se relevante que aspectos diversos sejam tensionados, entre eles os processos de acolhimento dos migrantes. Segundo Giroto e Paula (2020), as migrações não afetam apenas aqueles que se deslocam geograficamente, mas, também, seus descendentes e demais pessoas que passam a compor os seus círculos de convívio. Os migrantes e os refugiados interconectam diferentes localidades do globo, a partir dos encontros que suas trajetórias oportunizam, colocando em contato diferentes maneiras de ser e estar no mundo, transformando modos de vida e dinâmicas espaciais (Rocha *et al.*, 2012; Weber; Darsie, 2020).

Para Truzzi e Monsma (2018, p. 20), os fluxos migratórios “reposicionam geograficamente indivíduos portadores de elementos de história e cultura singulares através de sociedades diversas, que acabam elas próprias se ressignificando em um processo complexo de interação social”. Tal complexidade faz com que migrantes e refugiados, muitas vezes, não sejam bem recebidos, causando sentimentos de incômodo e ansiedade, pois, frequentemente, são encarados como ameaças econômicas, políticas e culturais. Outras vezes, são simplesmente invisibilizados ou reconhecidos como necessários ou convenientes, tendo em vista, especialmente, as relações de trabalho.

De acordo com Ribeiro (2021), pessoas em deslocamento, ao chegarem em novos países, enfrentam violências relacionadas a práticas de discriminação e ódio. O autor argumenta que isso ocorre em decorrência da intolerância, que se apazigua ou se intensifica a partir de diversos atravessamentos culturais e educacionais. Diante disso, é importante ser frisado que a tolerância, oposto da intolerância, não deve ser confundida com hospitalidade. A hospitalidade vai além dos limites do tolerável, marcados pela imposição de restrições que afetem a privacidade dos anfitriões (Derrida, 2004). Pela tolerância, o acolhedor costuma se colocar num local acima do acolhido, fazendo emergir uma forma de “hospitalidade condicional, circunspecta e cautelosa” (Derrida, 2004, p. 138).

Os discursos que resultam em uma espécie de concessão condescendente, portanto, devem ser ouvidos com reserva, pois expressam tolerância e não hospitalidade ou acolhimento, uma vez que “aceitamos o estrangeiro, o outro, o corpo estranho até certo ponto, e desse modo com restrições” (Derrida, 2004, p. 137). Nessa perspectiva, Ribeiro (2021) argumenta que se essa relação pode funcionar como disparadora de intolerância contra a diversidade dentro de um mesmo território, entre falantes da mesma língua que compartilham os mesmos costumes e bens culturais, ela se intensifica diante da presença dos migrantes e refugiados que chegam de outros países, falando diferentes línguas e praticando costumes e valores distintos das populações autóctones.

Tal realidade convoca a pensar sobre os modos como os discursos que envolvem migrantes se constituem e se fortalecem. Nesse contexto, o presente artigo analisa a construção da experiência sobre as diferenças culturais e hostilidades vivenciadas por estudantes refugiados em uma universidade pública federal do Brasil.

Da Hospitalidade à Hostilidade: estranhos batem à nossa porta

A palavra hospitalidade representa o ato da boa acolhida, porém, pode ser considerada “uma palavra de origem conturbada e perturbadora”, já que desde sua origem pode ser associada à hostilidade (Derrida, 2000, p. 3). A compreensão da hospitalidade não se resume a uma simples explicação, pois pode ser entendida e praticada de duas formas: condicionalmente ou incondicionalmente. No primeiro caso, a aceitação do outro ocorre por meio das balizas do direito, da política, da antropologia. No segundo, emerge de forma espontânea e absoluta. Destaca-se aqui um dos principais desafios dos migrantes e refugiados contemporâneos: serem acolhidos por meio da hospitalidade incondicional. Segundo Lessa Filho e Vieira

[...] a hospitalidade absoluta exige que nos abramos em nosso próprio lar – em nossos territórios, em nossas fronteiras mais profundas – e que nos ofereçamos não só ao estrangeiro, como também ao Outro absoluto (*Autre absolu*), desconhecido, anônimo, e que ao nos darmos de tal maneira, que o deixemos vir, que o deixemos chegar e ter um lugar no lugar, que lhe ofereçamos, sem lhe exigir reciprocidade, nem mesmo o seu nome (Lessa Filho; Vieira, 2020, p. 248).

Para que haja incondicionalidade, a hospitalidade “não pode pagar uma dívida, nem ser exigida por um dever” (Derrida, 2003, p. 73), pois se alguém acolhe o outro por obrigação, os fundamentos da hospitalidade deixam de existir, uma vez que não é ofertada e pensada além da dívida com quem chega (Lessa Filho; Vieira, 2020). Dessa forma, os migrantes e refugiados poderão, ou não, contar com gestos de hospitalidade para reconhecerem-se como parte dos novos lugares que buscam construir. Todavia, ainda assim, são/serão estranhos, o que pode justificar a fácil passagem da hospitalidade à hostilidade, por exemplo, quando são noticiados casos de agressões vivenciadas pelos migrantes no país (Rosa, 2019).

O que torna impiedosa a lógica da acolhida, como adverte Derrida (2000), é que a ideia de hospitalidade muitas vezes está condicionada a direitos, dívidas, obrigações, fazendo com que aquele que recebe, hospeda ou dá asilo permaneça na posição de comando, fato que anula a incondicionalidade. Dessa forma, diante da impossibilidade de alcançar uma versão ideal de

acolhimento, a chegada do outro é condicionada à hospitalidade de direito, a qual é regulada pelas leis do Estado que estabelecem as posições de estrangeiro e anfitrião (Rosa, 2019).

É nessa incapacidade de reconhecimento do estrangeiro como semelhante que a “crise dos refugiados” se propagou a partir da ruptura de um pacto em defesa do outro e da incapacidade de hospitalidade (Lessa Filho; Vieira, 2020). A incondicionalidade da hospitalidade implica aceitar que o refugiado que adentra um espaço pode mudar tudo de lugar e, até mesmo, destruir algo que já está posto (Derrida, 2004). Porém, tal possibilidade pode acontecer também na condicionalidade, na norma e na lei, pois é preferível acreditar que a condicionalidade da hospitalidade protege tudo o que pode ser destruído por quem chega.

Ademais, o desconforto diante da chegada inesperada de visitantes em busca de hospitalidade é agravado pela diversidade linguística presente. Nesse sentido, Bandeira (2018) ressalta que os refugiados, quando partem na viagem para o desconhecido, sempre são acompanhados do que é próprio de suas famílias, dos seus amuletos, de sua fé e do que aprenderam e do que podem ensinar. Para além da bagagem identitária e cultural, entra junto com o refugiado sua fome, sua profissão, sua história e sua ineficácia em permanecer em seu país, já que, desapropriado de quaisquer possibilidades, não pode enfrentar as situações sociais, políticas e ambientais de seu país. Portanto, é preciso lidar com isso e pensar, a partir da sua chegada, sobre como as aporias, os paradoxos e as ambiguidades engendrados no confronto das hospitalidades. condicionadas e incondicionais, também se apresentam como hostilidades.

Neste contexto, as leis da hospitalidade demandam que os refugiados compreendam e falem a língua do país que tentam adentrar, em todos os sentidos possíveis do termo.

[...] entre os graves problemas de que tratamos aqui, existe aquele do estrangeiro que, desajeitado ao falar a língua sempre se arrisca a ficar sem defesa diante do direito do país que o acolhe e o expulsa; o estrangeiro é, antes de tudo, estranho à língua do direito na qual está formulado o dever de hospitalidade, o direito ao asilo, seus limites, suas normas, sua polícia, etc. ele deve pedir a hospitalidade numa língua que, por definição, não é a sua, aquela imposta pelo dono da casa, o hospedeiro, o rei, o senhor, o poder, a nação, o Estado, o pai, etc. estes lhe impõem a tradução em sua própria língua, e esta é a primeira violência (Derrida, 2003. p. 15).

Para Derrida (2003), esse é o paradoxo da hospitalidade, ou seja, do direito à hospitalidade baseada em um pacto com o Estado que pressupõe condições ou deveres. Nesse sentido, o próprio direito de migrar se torna impensável na racionalidade do Estado-Nação e do poder de controle sobre quem entra e quem sai do seu território (Redin, 2013). Na hospitalidade

absoluta, contudo, é necessário romper com a hospitalidade da lei e da justiça, pois não mais se exige um pacto que oriente a entrada (Derrida, 2003).

Na mesma direção, Derrida (2004) argumenta que não há como a hospitalidade receber qualquer *status* legal ou político. No entanto, a lei incondicional não poderia existir sem as leis condicionais da hospitalidade. A lei incondicional necessita das leis da hospitalidade condicional ou, do contrário, permaneceria na utopia e não teria como se tornar efetiva, pois “para ser o que ela é, a lei tem necessidade das leis que, no entanto, a negam, ameaçam-na, em todo caso, por vezes a corrompem ou pervertem-na” (Derrida, 2003, p. 71).

Por outro lado, as leis da hospitalidade condicional não poderiam ser leis da hospitalidade se não estivessem inspiradas/ordenadas pela lei da hospitalidade incondicional. Nessa esteira, as duas leis, a condicional e a incondicional, são, ao mesmo tempo, opostas, contraditórias e inseparáveis (Derrida, 2004). Então, para o autor, o desejo de ser bem recebido incondicionalmente não absolve a responsabilidade para negociar as leis da hospitalidade condicional, já que é necessário cotejar entre o desejo de um incondicional acolhimento e a necessidade de um acolhimento condicional. Assim emerge uma estreita relação entre a hospitalidade e a hostilidade, a qual, muitas vezes, pode passar despercebida.

De acordo com Teixeira *et al.* (2022) e Rocha, Gama e Dias (2012), as narrativas de migrantes e refugiados, ao serem questionados acerca de questões que envolvem práticas de hospitalidade em países que os recebem, por vezes denunciam situações de hostilidade, mesmo que sutis. O conjunto de estudos apresentados pelos autores é marcado por depoimentos permeados por sentimentos de gratidão, por parte dos migrantes, mas, ao mesmo tempo, por situações que representam certas hostilidades enfrentadas em seus cotidianos.

Nessa direção, olhares e escutas atentas aos modos como são contadas histórias, experiências e dinâmicas cotidianas dos migrantes e refugiados podem identificar as faces da hostilidade em meio a narrativas que, na maioria das vezes, destacam movimentos hospitaleiros. Além disso, tais situações podem ser expressas, também, por meio dos atravessamentos culturais que aproximam ou distanciam os sujeitos, de modo que as experiências em relação a esse aspecto se tornam indicadores de hospitalidade ou hostilidade.

Estratégias Metodológicas

Essa pesquisa é qualitativa e exploratória, realizada junto a estudantes refugiados que ingressaram em cursos de graduação de uma universidade pública federal brasileira, por meio dos Editais para Ingresso de Pessoas em Situação de Refúgio nos Cursos de Graduação, em 2018 e 2019. Inicialmente, foi realizado um levantamento de estudantes com aprovação homologada nos respectivos Editais, o que totalizou 26 possíveis entrevistados.

Para estabelecer contato com o grupo de interesse, após identificados os possíveis colaboradores, foi utilizada a técnica Bola de Neve, que se caracteriza pela constituição de uma amostra não probabilística, baseada na indicação de potenciais participantes por informantes-chave, documentos, e/ou pelos próprios entrevistados. A partir desse tipo específico de amostragem, não é possível determinar previamente quem serão os participantes da pesquisa, contudo a técnica torna-se útil para estudar determinados grupos difíceis de serem acessados (Vinuto, 2014).

Assim, os informantes-chave foram localizados a partir de contato inicial em grupos e/ou cursos nos quais a autora principal participava. O primeiro contato aconteceu de forma individual e pessoal e, com o passar do tempo, foram recebidas indicações de novos participantes. Dessa forma, o grupo de participantes foi fechado com três pessoas haitianas, duas venezuelanas e uma congoleza.

Os dados da pesquisa foram produzidos a partir de entrevistas narrativas individuais. A entrevista se mostra produtiva aqui, especialmente, porque permite focalizar experiências e histórias narradas pelos entrevistados, nas quais se constituem sentidos de como é ser estudante refugiado na universidade pública. Segundo a visão de Andrade (2012), as narrativas não se apresentam de forma neutra, pois estão intrinsecamente impregnadas de elementos históricos, sociais e culturais.

Nessa perspectiva, o indivíduo não emerge como a origem pura de suas próprias palavras, mas sim como um componente intrínseco de uma ampla teia discursiva e sociocultural que determina as possibilidades e limitações de sua expressão. Assume-se, assim, o pressuposto pós-estruturalista de que a produção do sujeito se dá no âmbito da linguagem, dos discursos, dos textos, das representações, das enunciações, dos modos de subjetivação, nas relações de poder e saber, ou seja, “nas relações de forças discursivas que o nomeiam e governam” (Andrade, 2012, p. 174).

As seis entrevistas aconteceram entre junho e agosto de 2021. Em virtude do distanciamento social causado pela pandemia da COVID-19, as entrevistas foram efetuadas online, pela plataforma *Google Meet*. Todas as entrevistas foram gravadas e transcritas na íntegra, mediante autorização prévia dos participantes. As transcrições foram disponibilizadas aos participantes para avaliação e reformulação das informações quando necessário. Contudo, todos os participantes autorizaram a utilização das transcrições nas versões originais.

Durante todo o estudo foram observados os procedimentos éticos, previstos nas Resoluções n.º 466/12 e 510/2016 que regulamentam a pesquisa com seres humanos no Brasil (Brasil, 2012; 2016). Foi garantido o sigilo dos dados, e garantido aos participantes a utilização dos nomes escolhidos, independentemente de serem seus nomes de registro, ou não. Também foi assegurada a possibilidade de desistência a qualquer momento do estudo. Antes da condução das entrevistas, o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) foi lido e devidamente assinado. A realização da pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, sob o número CAAE 45217521.3.0000.5347.

Diferenças Culturais e as Faces da Hostilidade

Dos seis entrevistados, cinco se declararam negros e afirmaram ter uma religião e/ou uma crença religiosa. Tinham entre 23 e 35 anos, sendo cinco solteiros e um casado. Do ponto de vista de residência, três moravam em Porto Alegre (RS), sendo dois na Casa do Estudante Universitário (CEU) e um com a família. Os outros três estudantes residiam na região metropolitana de Porto Alegre, sendo que dois pagavam aluguel. Todos estavam no Brasil há mais de três anos, em média 4,5 anos, aproximadamente, e cinco já haviam iniciado um curso superior no país de origem. É importante ressaltar que todos os estudantes ingressaram pelo edital de 2019, e por conta da pandemia, começaram seus cursos em 2020, já na modalidade Ensino Remoto Emergencial (ERE).

Partindo disso, destaca-se que as estudantes venezuelanas, ao falarem sobre suas impressões acerca do Brasil e de seus cotidianos, apontaram a alegria dos povos, a musicalidade e a dança como algo que aproxima os dois países. A comida, para elas, também foi percebida como um traço cultural que aproxima os países. Na mesma direção, os haitianos relataram familiaridade com a culinária brasileira, apesar de entenderem o clima da região como muito diferente, já que faz muito frio em comparação ao seu país.

Bom, na relação cultural o que mais se relaciona é a alegria dos povos. Aqui tem carnaval, e lá também tem carnaval (...). A comida não é muito diferente. A gente come bastante feijão, então não é muito distante da cultura brasileira e gaúcha (Dulce, 2021).

O que eu mais sentia falta era de eu poder entrar num lugar e escutar uma salsa. (...) acho que era mais uma questão da música mesmo. Adoro bossa nova, tem um monte de música brasileira ou latino-americana que tem versão brasileira e em espanhol (Alexandra, 2021).

Quando cheguei, a cultura estava um pouco difícil para mim, eu não gostava, eu não me acostumava com o frio. A forma de comer, (...) não é muito diferente. Lá também é arroz e feijão, e polenta (Baely, 2021).

Eu acho que são culturas meio parecidas, na comida, a proximidade é muito mais forte, é que a base da comida no Haiti é arroz, feijão e carne também, (...) a diferença é a linguagem e o clima, que aqui no Rio Grande do Sul faz um pouco de frio (Rogério, 2021).

Como pode ser verificado através dos excertos, os elementos culturais (a língua, a comida, o modo de viver), são lembrados como importantes pelos migrantes. Contudo, as memórias mais profundas, por ocasião das narrativas, dizem respeito à saudade das famílias e dos amigos deixados no país de origem, ou até em outros lugares. Para eles, essas memórias dão vazão a diversos sentimentos:

[...] a mais forte [**o que mais sinto falta**] seria a minha família, porque, hoje em dia, eu estou aqui com minha irmã [...], meu irmão continua no Chile e minha mãe no Haiti, estamos um pouco espalhados e isso não me deixa bem. Queria que que estivéssemos juntos e isso me faz muita falta (Rogério, 2021, grifo nosso).

Eu **sentia falta** quando eu estava lá [no Haiti, muita falta da minha mãe e do meu pai, que já estavam no Brasil. Quando eu também vim para cá, eu senti saudade dos meus amigos (Chidelson, 2021, grifo nosso).

É comum que, em narrativas de migrantes e refugiados localizados em diferentes países, a saudade de familiares se torna um sentimento frequentemente narrado. Para além dos vínculos familiares que são mencionados, evidenciam-se sentimentos de pertencimento ou não-pertencimento aos lugares em que cresceram e em que vivem, mais precisamente, às experiências que os conectam a parcelas espaciais e grupos sociais. Diante disso, é possível pensar que as condições para os estudantes refugiados terem contato com seus familiares, seja por meio de deslocamentos temporários ou por conexões digitais, podem indicar certas hostilidades vividas no Brasil (Teixeira *et al.*, 2022).

Nesse sentido, o conjunto de políticas públicas de suporte aos refugiados, para além do ingresso no sistema universitário, deve ser capaz de oportunizar condições para o pleno aproveitamento da vida e das questões que promovem a qualidade de vida. Certamente, trata-

se de um argumento presunçoso, mas que se mostra relevante no sentido de se promover aquilo que é reconhecido como hospitalidade incondicional (Derrida, 2000).

Associada à saudade dos familiares e amigos, a questão linguística se faz presente, afinal, essa dificuldade é sentida em todos os aspectos da vida de quem migra e precisa ser independente no dia a dia: no transporte, no sistema de saúde, no mercado, nas lojas, na rua, na universidade. Nos relatos abaixo, fica perceptível essa questão da língua dificultando a vida no novo país.

Eu aprendi a língua na rua. Eu aprendi tentando vender cueca, tentando vender meia. E, depois disso, eu fui trabalhar em um café. Então, sempre tive muito contato com o pessoal. [...] depois saí do café e fui trabalhar numa loja [...] em atendimento, tipo *callcenter*. [...] acho que isso facilitou bastante a desenvolver certas habilidades. [...] uma vez, estava no café, fazendo um pedido e eu tinha que falar que era pra ir com duas colheres. E eu escrevi “culher”, com “C e U”. Era para ser colher, mas eu escrevia como eu ouvia. [...] Aos poucos, e com os cursos de português, e lendo, melhorou [...]. Ainda tem muita coisa que escrevo errado, mas o autocorretor do telefone ajuda (Alexandra, 2021).

Eu falo que o meu objetivo era estudar, e eu sabia que tinha que viver em português, então eu tinha duas opções: ou era estudar o português mesmo, ou era estudar o português mesmo. Os dois primeiros meses foram os mais difíceis, os mais complicados da minha vida. Eu lembro de uma história que eu ia numa padaria em Curitiba, aí eu falava assim: “moça, tudo bem? Eu quero cinco países”. Tipo falava com amor aquilo. Eu queria cinco pães, só que eu falava países (Zuri, 2021).

Como pode ser observado, a língua é um desafio, entretanto, os que não consideravam a língua um problema maior, no momento da entrevista, a maioria dos estudantes refugiados já estava há algum tempo no Brasil e boa parte já haviam passado por cursos de português, entendiam que, no convívio e na luta por sobrevivência, a língua se aprende e, para qualquer eventualidade, existem aplicativos de tradução confiáveis e de fácil acesso (sobretudo nos celulares).

Também apareceu, ao longo das narrativas e coadunando com Bandeira (2018), que o não domínio da língua não é um problema significativo. Talvez a maior dificuldade seja a saudade, ou o desejo de estar no seu país, que se acentua de muitas formas, inclusive a linguística, já que aqui há mais dificuldade para encontrar amigos para contar – em suas línguas nativas - da vida e de suas famílias, como revela Rogério, no relato abaixo:

Gostaria de estar na minha cultura, no meu país, falando e me expressando nas minhas línguas, sem temer o que eu vou falar, se vai ser errado ou não [...] (Rogério, 2021).

O desejo do Rogério demonstra que além da saudade da cultura de seu país de origem, algumas vezes o migrante teme falar errado em virtude da dificuldade linguística. Assim,

[...] o estrangeiro silencia: não sabe a coisa certa a dizer, como dizer. O estrangeiro silencia: não sabe a coisa certa a dizer, quando dizer, como dizer. Teme usar a palavra errada para a situação simples e corriqueira ou usar palavras de mais ou de menos. Teme que o julguem mal, que avaliem seu sotaque, que lhe façam perguntas que ele não saberá responder. Sabe começar uma conversa, mas não sabe dar continuidade a ela, então opta por nem a começar. Quer dizer alguma coisa interessante sobre um assunto do qual entende pouco, mas prefere nem tentar, porque pode soar inadequado. Por isso o estrangeiro escuta (Jaffe, 2015, p. 102).

No entanto, o medo de falar e a bagagem, por vezes, carregada de uma carga traumática e angustiante, decorrentes das experiências pré-migratórias, não era o maior desafio quanto ao acolhimento. As narrativas dos estudantes refugiados destacam o impacto de experiências discriminatórias ao chegarem ao Brasil. Quando perguntados se percebiam o Brasil como um país acolhedor para os migrantes/refugiados, as discussões ficaram de certa forma polarizadas, entre achar, ou não, o Brasil como um país hospitaleiro. Alexandra, por exemplo, ressalta a falta de acolhimento e de informações ao buscar sua documentação junto à Polícia Federal:

Olha, eu acho que não! [...] Por exemplo, quando eu fui à Polícia Federal, eu meio que manjava um pouquinho de português, mas não tiveram [a boa vontade] de se comunicarem na minha língua, por exemplo. E eu nunca tive uma orientação de lá. Eu fui lá e disse: “é refúgio”. Mas, nunca tive ninguém me falando, “ah tu podes solicitar residência também, ou tem essas opções para o teu caso”. Me apresentar um catálogo inteiro [...] do que seria mais adequado para mim! (Alexandra, 2021).

Rogério, por outro lado, fala de acolhimento, trazendo dois aspectos: a legislação e a “cultura” do brasileiro, conforme relato abaixo.

Tem dois lados: a legislação brasileira, o que ela diz a respeito dos imigrantes e tem também como os brasileiros de cultura veem a migração. Mas, de um modo em geral, a legislação, ou as leis sobre a migração, eu entendo que, sim, é um país acolhedor, mas a opinião das pessoas às vezes não é tão assim (Rogério, 2021).

No excerto acima, Rogério refere-se a acreditar que, a partir da atual legislação, o Brasil acolhe o migrante. Contudo, para o estudante, quanto ao acolhimento do povo brasileiro, isso não fica tão evidente. Ressalte-se que, apesar de o Brasil ser um dos protagonistas na América Latina quanto às leis migratórias, por ter proposto algumas políticas públicas, como o acesso facilitado ao ingresso nas universidades, e a Lei de Migração de 2017, avançar no reconhecimento de direitos, dentre os quais, os direitos sociais, ainda existem espaços de exclusão (Bertoldo, 2020). Ou seja, ainda que do ponto de vista do direito à educação exista o reconhecimento da igualdade, prevista expressamente no art. 4º, X, daquela lei, e o seu acesso seja considerado um princípio, conforme seu art. 3º, XI, a condição do imigrante e sua estrangeiridade são estruturalmente excludentes (Bertoldo, 2020).

Por ser a única narrativa que apresenta a legislação, ainda que “de um modo em geral”, como prática de acolhimento, provavelmente ela não está totalmente amparada na regulamentação legal, pois, conforme Bertoldo (2020), na prática, existe uma desigualdade material entre migrantes e nacionais. Essa discussão sobre o acolhimento, a partir da legislação, demonstra, ainda, uma condição de sujeição diante das regras do Estado, quando o status jurídico é determinante para o acesso aos direitos fundamentais. Deixa-se entrar e acessar, provisoriamente, com alguns direitos, em uma relação de submissão e sujeição, ou seja, sob uma condição de hospitalidade condicionada (Derrida, 2003).

Já Baely e Chidelson percebem, sem ressalvas, o Brasil como um país acolhedor com os migrantes:

Posso dizer que, sim, o Brasil é um país acolhedor, mas não está preparado para receber esses imigrantes. Não sei se você entende o que eu quero dizer, mas é um país acolhedor sim (Baely, 2021).

Muito, muito! Eu acho que sim, inclusive eu faço parte do Bará [...], que faz apoio aos refugiados e estudantes na universidade. Portanto, no meu livro [Olhando para outro oceano], eu disse que quando o país estende a mão é mais fácil de se viver (Chidelson, 2021).

Contudo, ainda que as narrativas de Baely e Chidelson enfatizem que o Brasil é um país acolhedor, contrariando a essa imagem de país cordial para com as diversidades, todos os estudantes verbalizaram terem sofrido pessoalmente, ou conhecer algum migrante que sofreu, atitudes discriminatórias devido à raça, etnia, nacionalidade, classe social.

O fato de o local de destino nem sempre demonstrar acolhimento e respeito às diversidades, como relatado, faz com que o migrante acabe experimentando uma dupla violência, ou seja, ele é um indesejável na partida e na chegada. Eco (2020, p. 42) ressalta que

“não suportamos os que são diferentes de nós, porque têm a pele de cor diferente, porque falam uma língua que não compreendemos, porque comem rãs, cães, macacos, porcos, alho, porque são tatuados”. A questão é que ao se sentir invadido, o hospedeiro tende a proteger seu direito à hospitalidade, numa atitude muitas vezes xenófoba em relação ao estrangeiro: “Começo por considerar o estrangeiro indesejável, e virtualmente como inimigo, quem quer que pisoteie meu chez-moi, ipseidade, minha soberania de hospedeiro. O hóspede torna-se um sujeito hostil de quem me arrisco a ser refém” (Derrida, 2003, p. 49).

Uma das definições do termo xenofobia é descrita por Albuquerque Júnior (2016) no livro “Xenofobia – medo e rejeição ao estrangeiro”. Para o autor,

A palavra xenofobia vem do grego, da articulação das palavras *xénos* (estranho, estrangeiro) e *phobos* (medo), significando, portanto, um medo, a rejeição, a recusa, a antipatia e profunda aversão ao estrangeiro. Ela implica uma desconfiança e preconceito em relação às pessoas estranhas ao território, ao meio, à cultura, a que pertencem àquele que julga, que observa, que se considera como estando em seu lugar. A xenofobia implica uma delimitação espacial, uma territorialidade, uma comunidade, em que se estabelece um dentro e um fora, uma interioridade e uma exterioridade, tanto material quanto simbólico, tanto territorial quanto cultural, fazendo daquele que vem de fora desse território ou dessa cultura um estranho ao qual se recusa, se rejeita com maior ou menor intensidade (Albuquerque Júnior, 2016, p. 9).

Segundo o autor, o estrangeiro é visto por muitos com suspeita, com estranhamento, pois sua cultura, atitudes e valores não estão alinhados a dos povos que o recebem. Para Corsi (2020), o estrangeiro é visto com um certo déficit de humanidade, por não possuir carne, corpo, estatura, proporções, traços, cor, gestos, movimentos, performances semelhantes daqueles/as que o recebem/percebem. Alguns e algumas consideraram que aquele ser diferente é inferior e, por isso, o sentimento despertado por ele é, muitas vezes, o de rejeição.

Chade (2022) menciona uma carta de dezesseis páginas enviada por dez relatores especiais da Organização das Nações Unidas (ONU) e mecanismos da Organização sobre o desmantelamento do mito de um Brasil acolhedor aos estrangeiros. Essa carta, entregue ao governo de Jair Bolsonaro em abril de 2022, denuncia uma série de violações de direitos humanos contra imigrantes e refugiados, sobretudo africanos, haitianos e venezuelanos.

Ademais, entre outras coisas, a matéria ressalta que, nos últimos 20 anos, houve múltiplas manifestações de racismo e xenofobia, incluindo assassinatos e prisões arbitrárias de africanos e haitianos, o incêndio de residências universitárias que apoiam os migrantes

africanos e expressões públicas de sentimentos racistas e xenófobos, incluindo discursos de ódio e grafites contra a presença de migrantes africanos em cidades brasileiras.

Como visto, não são raras as aparições dos imigrantes nos meios de comunicação, relatando a violência sofrida, os maus tratos, o descaso e o preconceito de toda ordem (Corsi, 2020). O que se notícia não dá conta de retratar todas as mazelas sofridas por esses grupos, no Brasil, ultimamente. Ou, pior, apenas ficamos sabendo de mais fatos que passaram a ser relatados, embora a existência do racismo estrutural no país exista desde os tempos de sua colonização (Almeida, 2018).

Nesse contexto, Ribeiro (2020) ressalta que a xenofobia, o racismo e a discriminação de origem são problemas sociais e políticos quase sempre vinculados ao tema das migrações no Brasil. Para o autor, em maior ou menor grau de emergência e vínculo entre estas violências, em um dado tempo e lugar, sua vinculação nem sempre se dá de forma evidente, tampouco se manifesta da mesma maneira, o que depende das condições sociopolíticas, culturais, geopolíticas ou históricas. Contudo, a manifestação destes fenômenos no Brasil:

[...] tem uma base etnológico-racial, muitas vezes religiosa, e se estrutura em torno das dicotomias branco e não branco, cristão e não cristão (muçulmano, umbandista etc.), pobres e não pobres. Isso equivale a dizer que, ainda que se revele ante a figura de um estrangeiro, a aversão ao estrangeiro negro não está no mesmo nível da aversão ao estrangeiro branco de procedência europeia ou norte-americana, concebido no imaginário coletivo brasileiro como gringo conforme venho apontando em recentes pesquisas (Ribeiro, 2021, p. 345).

Os casos de violência contra a população migrante negra no Brasil poderiam ser considerados somente expressões de xenofobia, baseadas nas incertezas e inseguranças da sociedade em relação ao estrangeiro (Appadurai, 2009), não fossem os relatos frequentes de migrantes negros sobre xingamentos de cunho racista em local de trabalho, instituições governamentais, e mesmo na rua, como temos assistido reiteradamente na mídia.

Para Anunciação (2017), os recorrentes casos de violência contra migrantes negros no Brasil, ao mesmo tempo, em que desconstroem o mito da democracia racial, chamam a atenção para a questão da violência estrutural latente da sociedade brasileira. Para a autora, disfarçadas sob o discurso xenofóbico, essas agressões revelam muito sobre a nossa história enquanto nação, uma vez que são direcionadas a migrantes negros. Nos relatos abaixo, os estudantes narram o desconforto da experiência racista, a partir da comparação entre ser negro aqui no Brasil e negro no país de origem.

Outra coisa também que a gente também não acostumava é a questão de racismo. É que lá, no meu país, a maioria são negros. Eu sofri no meu país por causa do dinheiro. Tem pessoas que são mais ricas (...), pessoas que são mais pobres, como tem aqui no Brasil. Mas, por causa da pele, nunca sofri no meu país. Infelizmente tive alguns contatos, momentos ruins, a pessoa me agrediu (...), a gente sofre, mas vi que aqui é comum, faz parte da cultura das pessoas (Baely, 2021).

*Uma outra coisa é o fato de você ser negro aqui. A gente sai de um lugar onde todo mundo era da mesma cor: **o presidente é negro, o ministro é negro, a professora é negra, a médica que te atende é negra, todo mundo lá tem quase a mesma cor que tu**, um pouco mais clara talvez, mas, vocês são negros, e sabem que todo mundo é igual. E você chega e a sua cor já se destaca (...). A sua cor incomoda (...), entras numa loja e te olham mal, vai num local onde você encontra mais pessoas brancas, e você se sente às vezes mal, pela tua cor de pele. No início, eu não entendia. Agora, depois que entrei no curso da área da saúde, começo a aprender muito sobre racismo. Acendeu uma luz eu mim: “Meu Deus, eu passei por tantos atos racistas e eu não sabia que era racismo”, porque eu não cresci com isso. Eu nunca fui vítima de racismo até chegar aqui! E como eu ia saber que a moça estava sendo racista comigo, porque ela me seguia na loja, me mostrando as coisas mais baratas, “aqui estão as coisas mais baratas, aqui é para ti”. Ela foi racista comigo, ela foi! Dá vontade de xingar a pessoa (Zuri, 2021, grifos nossos).*

O racismo, como já abordado anteriormente, assume diferentes formas de manifestação, de acordo com o histórico político e social. No Brasil, devido ao histórico de escravidão e extermínio de negros e indígenas, para além da definição de estereótipos e preconceitos com a cor da pele, a naturalização das diferenças raciais se encontra na estrutura das relações sociais que determina a superioridade de sujeitos lidos como brancos em detrimento de sujeitos lidos como negros. O racismo, tal como apresentado nos excertos supra, denotam sua expressão em forma de aversão e ódio a pessoas com características físicas (cor da pele e tipo de cabelo). Isso se manifesta por meio de discriminação racial direta, como o desprezo a certos sujeitos determinados pela condição racial, e indireta, como um processo que pode ser marcado por uma suposta neutralidade, que culmina em desvantagem para as pessoas racializadas.

Almeida indica (2018), ainda, que as manifestações de racismo podem chegar a diferentes níveis de inferiorização, exclusão e negação da identidade do sujeito negro, até atingir a violência física, indicando que, no círculo hegemônico da sociedade brasileira, permanece o racismo estrutural sem precedentes. Nas narrativas acima, a discursivização do corpo negro se constitui pela diferença em ser negro em seu país de origem, e aqui no Brasil.

Narrativas como a de Baely, que trazem a discriminação associada ao trabalho e/ou emprego, carregam consigo não apenas o fato de o migrante pedir, mas “roubar” o emprego dos brasileiros, como fica explícito nos seguintes excertos:

Tem gente que pensa que os imigrantes vêm para roubar emprego e não para criar, sobretudo pessoas que vêm de países pobres, como africanos e haitianos, que sofrem mais esses bullying (Rogério, 2021, grifos nossos). Normalmente, o imigrante é visto como uma pessoa que vai roubar o trabalho de um nativo (...), mas a gente tem as nossas competências e capacidades, então uma integração seria o melhor para um avanço comum, um avanço coletivo, e não um avanço individual (Chidelson, 2021, grifos nossos). Quando tu vais pedir um emprego, tu falas que é imigrante, eles ficam meio assim (...) porque é imigrante, será que ele não veio para roubar ou para fazer outra coisa? (...) estou falando porque eu passei por isso (Baely, 2021).

Eduardo Galeano, já em 2015, expôs a figura do imigrante a partir de uma sociedade que possui grandes dificuldades em aceitar o diferente. O estrangeiro, análogo à figura do Diabo, que representa o mal, expressa manifestamente as separações e segregações impostas pelos detentores do poder a minorias por eles indesejadas por dificultarem seus projetos de poder. Diz ele:

O culpômetro indica que o imigrante vem roubar nosso emprego, e o medidor de perigo o indica com uma luz vermelha. É pobre, jovem e não branco, o intruso, o que veio de longe, está condenado à primeira vista por indigência, inclinação ao caos ou porte da pele. E em qualquer caso, se ele não é pobre, nem jovem, nem escuro, ainda assim é mal-vindo, porque chega disposto a trabalhar o dobro em troca da metade (...) (Galeano, 2015, p. 116).

Nesse sentido, o medo do imigrante justifica, o estranhamento e a culpabilização, sendo ele o principal responsável, segundo os sentimentos xenofóbicos, pelo aumento do desemprego, violência, entre outros males afetos à contemporaneidade. As falas abaixo, apareceram associadas a outros tipos discriminação, que, usualmente, remontam a violências e exploração no trabalho, como o recebimento de salários menores em relação a outros funcionários que desempenham a mesma função ou, ainda, que trabalham mais horas do que deveriam, sem nenhum tipo de pagamento extra:

Eles querem que você trabalhe muito mais que as pessoas, que tu faças o dobro, ou três vezes a mais, e pagam bem baixo, quase metade do que os outros funcionários que são brasileiros. E quando eles demitem, eles não pagam muito. É que eles sabem que tu não sabes as leis trabalhistas daqui, e eles aproveitam por ser imigrantes. Parece que eles oferecem os empregos piores para os negros. Aqui em [cidade], eu vi os próprios brasileiros, que também são negros, fazendo os empregos piores, mesmo se tem capacidade, mesmo se tem conhecimento. Eles não respeitam, infelizmente, aqui nessa região. (...) agora eles tão adaptando, porque tem muitos imigrantes aqui (Baely, 2021).

Os trabalhos de baixa renda são oferecidos para os haitianos e senegaleses. Botam a pessoa lá porque o haitiano vai lavar a louça. (...) ainda por cima,

nem ganham o salário que ganharia o atendente normal. (...)acontece muito com estrangeiros e imigrantes que estão aqui, e que faz um trabalho que às vezes é R\$ 1.500,00 e às vezes acaba ganhando R\$ 1.000,00 ou R\$ 800,00, só porque ele é estrangeiro, e ainda por cima é negro (Zuri, 2021).

Nesse sentido, a percepção dos entrevistados sobre a oferta de empregos e salários piores, para refugiados, por vezes, se associa aos brasileiros, negros, que buscam trabalho. Para Soares e Ybarra (2020), com o aumento progressivo do desemprego e das reformas trabalhista e da previdência, a efetiva informalização do emprego, direitos trabalhistas e carteira profissional assinada, a precarização do trabalho, tornam-se dados históricos que serão permutados pelo trabalho intermitente e o teletrabalho.

Os autores, a partir de dados da ONU, ressaltam que nesses novos desafios para o trabalhador assalariado, os índices de discriminação são relevantes, por exemplo: “negros e negras ganham 41% menos que pessoas brancas”; as “mulheres recebem 74,2% menos que os homens” e, ainda, se evidencia o “aumento de 9,3% de crianças entre 5 a 13 anos no trabalho” infantil, todo esse contexto se culmina com “o aumento da migração que submete algumas pessoas à situações humanas inaceitáveis; e a persistência do trabalho escravo rural e urbano” (ONU, 2016, p. 33).

Baely, também ressalta a questão dos trabalhos menos qualificados, que ele chama de “piores trabalhos”. Quanto a isso, Faria, Ragnini e Bruning (2021) afirmam que os empregos encontrados por migrantes são principalmente informais e precários, desenvolvendo atividades que exigem baixa qualificação. Mesmo no caso de migrantes com qualificações (treinamento e experiência), entrar no mundo do trabalho é difícil. Para Medeiros *et al.* (2020), existe uma relação decrescente quando comparamos salários a gênero, escolaridade, país de origem e cor. Os autores sugerem ainda que as diferenças de rendimento são sensíveis à variável nacionalidade; que a origem do imigrante também parece influir no status ocupacional; e que, o mercado de trabalho demonstra estar mais receptivo aos estrangeiros de determinada origem e possuindo determinadas características, em detrimento de outros.

Como ficam perceptíveis, as faces da intolerância estão por toda parte. Ainda que o Brasil seja visto por alguns como festivo e animado, o que pode ser confundido com a prática de um país acolhedor (que sorri e abraça o migrante/refugiado), a maioria das narrativas aqui apresentadas reforça, ou não, que o Brasil não é para todos. Na prática, o sorriso não é tão fácil e o abraço, quando existe, não é tão aconchegante. Isso tudo vem ao encontro do racismo estrutural, que se apresenta nas falas, na falta de oportunidades, e na questão da cor da pele, que dificulta a permanência dos migrantes no país.

Considerações finais

O presente artigo analisou a construção da experiência sobre as diferenças culturais e hostilidades vivenciadas por estudantes refugiados em uma universidade pública federal, após a chegada ao Brasil. De acordo com as narrativas apresentadas, é possível identificar que sentimentos de gratidão por acolhimento se articulam a histórias marcadas por práticas de hostilidade, muitas vezes associadas a preconceitos, que há anos são discutidos no país.

As semelhanças culturais, alimentos, danças, ritos, aproximam as distâncias geográficas experienciadas pelos universitários refugiados no Brasil, ao passo que é também pela cultura que as pessoas participantes da pesquisa percebem o distanciamento afetivo, mais precisamente, no que se associa à língua e à ausência de familiares. A hostilidade sentida e verbalizada nos relatos apresentados materializa a discrepância entre o vivido e o prolatado Brasil hospitaleiro. Um grande “depende”, aparece como resposta para a pergunta que busca saber se este país recebe bem quem aqui solicita pouso, segurança e proteção. Além disso, é pungente como o racismo e a xenofobia estruturam a experiência dos universitários no Brasil. Essas formas de relação com o estrangeiro, com o estranho, com o migrante (não desejada) atravessam esses corpos e provocam afetos e forças que são o oposto daquilo que se entende como hospitalidade incondicional e que ativa a constante ameaça de extradição.

Essa pesquisa buscou avançar na compreensão das experiências sobre diferenças culturais e hostilidades vivenciadas por estudantes universitários refugiados no Brasil. O processo de pesquisa apresenta limitações que, de fato, constituem estímulos para futuras investigações. Algumas dessas áreas para aprofundamento incluem a compreensão da formação humana de pessoas refugiadas em outros contextos educacionais, como na educação básica e em movimentos sociais. Além disso, há a necessidade de considerar outros perfis de refugiados, a fim de ampliar a compreensão da experiência. A proposição de pesquisas longitudinais que possam acompanhar essas vivências ao longo do tempo emerge como um desafio significativo a ser abordado a partir desta pesquisa.

Espera-se que os tensionamentos apresentados possam auxiliar na proliferação de discussões que transformam essas realidades, de modo a fortalecer práticas de acolhimento e respeito às diferenças. Entende-se que, um maior número de pesquisas e publicações sobre o tema pode potencializar tais transformações, especialmente em ambientes educacionais.

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval. **Xenofobia**: medo e rejeição ao estrangeiro. São Paulo: Cortez, 2016.
- ALMEIDA, Sílvio Luiz de. **O que é racismo estrutural**. Belo Horizonte: Letramento, 2018.
- ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA REFUGIADOS (ACNUR). **Relatório Tendências Globais**. São Paulo: ACNUR, 2022.
- ANDRADE, Sandra dos Santos. A entrevista narrativa ressignificada nas pesquisas educacionais pós-estruturalistas. *In*: MEYER, Dagmar; PARAÍSO, Marlucey Alves (org.). **Metodologias de pesquisa pós-críticas em educação**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2012. p. 173-194.
- ANUNCIÇÃO, Renata Franck Mendonça. **Somos mais que isso**: práticas de (re)existência de migrantes e refugiados frente à despossessão e ao não reconhecimento. 2017. 127 f. Dissertação (Mestrado em Linguística Aplicada) – Programa de Pós-Graduação em Linguística, Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2017.
- APPADURAI, Arjun. **O medo ao pequeno número**: ensaio sobre a geografia da raiva. São Paulo: Iluminuras, 2009.
- BANDEIRA, Larisa da Veiga Vieira. **Para oferecer a hospitalidade**: aula e refugiados no Brasil. 2018. 153 f. Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018.
- BERTOLDO, Jaqueline. **Fronteiras da igualdade**: direito à educação superior para imigrantes e refugiados(as) na UFSM. 2020. 167 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação em Direito, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2020.
- BRASIL. **Lei n. 13.445, de 24 de maio de 2017**. Institui a Lei de Migração. Brasília, DF: Presidência da República, 2017. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/113445.htm. Acesso em: 15 set. 2023.
- CORSI, Joice Camila. **Na fronteira da intolerância**: ecos de povos em deslocamento. 2020. 135 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2020.
- DERRIDA, Jacques. Auto-imunidade: suicídios reais e simbólicos. Um diálogo com Jacques Derrida. *In*: BORRADORI, Giovanna. **Filosofia em tempo de terror**: diálogos com Habermas e Derrida. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2004.
- DERRIDA, Jacques. **Anne Dufourmantelle convida Jacques Derrida a falar Da Hospitalidade**. Tradução de Antônio Romaine. São Paulo: Escuta, 2003.

DERRIDA, Jacques. Hostipitality. **Angelaki: Journal of the theoretical humanities**, [S.I], v. 5, n. 3, 2000, p. 3-18. DOI: 10.1080/09697250020034706. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/09697250020034706>. Acesso em: 7 set. 2023.

ECO, Umberto. **Migração e intolerância**. Rio de Janeiro: Record, 2020.

FARIA, Jose Henrique de; RAGNINI, Elaine Cristina Schmitt; BRÜNING, Camila. Deslocamento humano e reconhecimento social: relações e condições de trabalho de refugiados e migrantes no Brasil. **Cadernos EBAPE.BR**, [S.I], v. 19, p. 278-291, 2021. DOI: 0.1590/1679-395120200018. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/cadernosebape/article/view/83237/79044>. Acesso em: 7 set. 2023.

GALEANO, Eduardo. Espelhos. **Uma história quase universal**. Porto Alegre: LAMP, 2015.

GIROTO, Giovanni; PAULA, Ercília Maria Angeli Teixeira de. Imigrantes e refugiados no Brasil: uma análise acerca da escolarização, currículo e inclusão. **Revista Espaço do Currículo**, [S.I], v. 13, p. 164-175, 2020. DOI: 10.22478/ufpb.1983-1579.2020v13n1.43867. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/rec/article/view/43867>. Acesso em: 7 set. 2023.

JAFFE, Noemi. **Irisz: as orquídeas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

JUNGER, Gustavo; CAVALCANTI, Leonardo; OLIVEIRA, Tadeu de; SILVA, Bianca. **Refúgio em Números**. 7 ed. Série Migrações. Brasília: Ministério da Justiça, 2022.

LESSA FILHO, Ricardo; VIEIRA, Frederico. Human flow: atravessar, custe o que custar. **Animus-Revista Interamericana de Comunicação Midiática**, [S.I], v. 19, n. 39, p. 238-261, 2020. DOI: 10.5902/2175497737753. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/animus/article/view/37753>. Acesso em: 7 set. 2023.

MEDEIROS, Marcelo de Almeida et al. Fronteiras de Estados emergentes: migração, cidadania pós-nacional e trabalhadores latino-americanos no Brasil. **Revista Brasileira de Ciência Política**, [S.I], n. 30, p. 77-112, 2020. DOI: 10.1590/0103-335220193003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcpol/a/BtXDMbRmJqqPfJ6wvn3zNtG/>. Acesso em: 7 set. 2023.

ORGANIZAÇÕES DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Marco de Parceria das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável – Brasil/2017-2021**. Brasília, 2016.

REDIN, Giuliana. **Direito de Imigrar: Direitos Humanos e Espaço Público**. Florianópolis: Conceito Editorial, 2013.

RIBEIRO, Jocenilson. Da xenofobia à glotofobia: a estrangeiridade como problema discursivo. **Revista da Abralin**, Brasília, v. 20, n. 3, p. 331-356, 2021. DOI: 10.25189/rabralin.v20i3.1991. Disponível em: <https://revista.abralin.org/index.php/abralin/article/view/1991>. Acesso em: 7 set. 2023.

RIBEIRO, Jocenilson. **Xenofobia e Discurso de Ódio ao Estrangeiro no Espaço de Enunciação da Tríplice Fronteira (Argentina-Brasil-Paraguai)**. São Paulo: Blucher, 2020.

ROCHA, Cristianne Maria Famer; DARSIE, Camilo; GAMA, Ana; DIAS, Sonia. Migração internacional e vulnerabilidade em saúde: Tópicos sobre as políticas de saúde e de saúde sexual e reprodutiva em Portugal. **Hygeia - Revista Brasileira de Geografia Médica e da Saúde**, [S.I.], v. 8, p. 190-200, 2012. DOI: 10.14393/Hygeia817881. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/hygeia/article/view/17881>. Acesso em: 7 set. 2023.

ROSA, Marluza da. Seleção e ingresso de estudantes refugiados no ensino superior brasileiro: a inserção linguística como condição de hospitalidade. **Trabalhos em Linguística Aplicada**, Campinas, v. 57, p. 1534-1551, 2019. DOI: 10.1590/010318138651687356621. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tla/a/RzLZZKphCt9pWpVLwNXRvFc/>. Acesso em: 7 set. 2023.

SOARES, Marisa; YBARRA, Luis Antonio Copa. Direitos humanos no século XXI: interligações entre os processos migratórios e a educação. **Educação em Perspectiva**, [S.I.], v. 11, e020034, 2020. DOI: 10.22294/eduperppgeufv.v11i00.8527. Disponível em: <https://periodicos.ufv.br/educacaoemperspectiva/article/view/8527>. Acesso em: 7 set. 2023.

TEIXEIRA, Ivana; LENA, Marisangela Spolaôr; FARIA, Mateus Aparecido de; DARSIE, Camilo; ROCHA, Cristianne Maria Famer. Experiências de Mulheres Imigrantes no Sistema Único de Saúde: Uma Gramática Violenta. **Revista latino-americana de Geografia e Gênero**, [S.I.], v. 13, n. 1, p. 174-194, 2022. DOI: 10.5212/Rlagg.v.13.i1.0008. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/rlagg/article/view/19670>. Acesso em: 7 set. 2023.

TRUZZI, Oswaldo; MONSMA, Karl. Sociologia das migrações: entre a compreensão do passado e os desafios do presente. **Sociologias**, [S.I.], v. 20, n. 49, p. 18-23, 2018. DOI: 10.1590/15174522-02004901. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/soc/a/VVbNqQf4tHhz6VvxZbWrBQR/>. Acesso em: 7 set. 2023.

VINUTO, Juliana. A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto. **Temáticas**, Campinas, v. 22, n. 44, p. 203-220, 2014. DOI: 10.20396/tematicas.v22i44.10977. Disponível em: <https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/tematicas/article/view/10977>. Acesso em: 7 set. 2023.

WEBER, Douglas Luís; DARSIE, Camilo. Vidas Clandestinas: Espacialidades que produzem/educam migrantes. In: Silveira, Eder da Silva; Moretti, Cheron Zanini; Pereira, Marcos Villela. (org.). **Educação e Clandestinidade v.1 - Educação e Clandestinidade**. 1. ed. Porto Alegre: EdUPuers, 2019. v. 1, p. 115-128.

CRediT Author Statement

Reconhecimentos: Agradecemos o apoio do Grupo Ampliado de Orientação do Grupo de Estudos em Promoção da Saúde (GAO/GEPS) e da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

Financiamento: Não houve fomento à pesquisa.

Conflitos de interesse: Não há conflito de interesses envolvido na pesquisa.

Aprovação ética: Durante todo o estudo, foram observados os procedimentos éticos, previstos nas Resoluções n.º 466/12 e 510/2016 que regulamentam a pesquisa com seres humanos no Brasil (Brasil, 2012; 2016). Foi garantido o sigilo dos dados, e garantido aos participantes a utilização dos nomes escolhidos, independentemente de serem seus nomes de registro, ou não. Também foi assegurada a possibilidade de desistência a qualquer momento do estudo. Antes da realização das entrevistas foi lido o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), assinado. A realização da pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, sob o número CAAE 45217521.3.0000.5347.

Disponibilidade de dados e material: Não, os dados e materiais estão protegidos pelo sigilo da pesquisa.

Contribuições dos autores: Rosanne Rollo: participou das etapas de concepção e planejamento do estudo, produção e análise de dados, e redação e revisão do manuscrito.

Camilo Darsie: participou das etapas de concepção e planejamento do estudo, produção e análise de dados, e redação e revisão do manuscrito. **Mateus Aparecido de Faria:** participou das etapas de produção e análise de dados, e redação e revisão do manuscrito.

Cristianne Maria Famer Rocha: participou das etapas de concepção e planejamento do estudo, produção e análise de dados, e redação e revisão do manuscrito.

Processamento e editoração: Editora Ibero-Americana de Educação.
Revisão, formatação, normalização e tradução.

